

1º CICS

CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE



TRABALHOS
PREMIADOS

2023




CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

1º CICS | CONGRESSO INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

**TRABALHOS
PREMIADOS
2023**





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - NUAPE
PROGRAMA DE EXTENSÃO

Publicado por Editora LESTU

Design Gráfico: Ana Kelma Cunha Gallas

Capa: Odrânio Rocha

Diagramação: Kleber Albuquerque Filho

Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA

E-mail: cics@unifsa.com.br

Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2023 UNIFSA Todos os trabalhos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no Congresso Internacional Ciência e Sociedade (CICS) 2023, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento. <https://unifsa.com.br/cics2023/publicacoes/>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1° CICS [livro eletrônico] : Congresso Internacional Ciência e Sociedade : desenvolvimento humano e social : das ideias às práticas : trabalhos premiados 2023/ Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA [organização Ana Kelma Cunha Gallas, Alisson Dias Gomes, Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger]. -- São Paulo : Lestu Publishing Company, 2023. -- (Trabalhos Premiados do Congresso Internacional Ciência e Sociedade ; 1)

514 p. *online*

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-85729-05-5

DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-05-5>

Disponível em: <https://lestu.org/books/index.php/lestu/catalog/book/17>

1. Ciência - Congressos - Brasil 2. Congressos 3. Desenvolvimento humano 4. Desenvolvimento social 5. Divulgação científica I. Gallas, Ana Kelma Cunha. II. Gomes, Alisson Dias. III. Cronemberger, Izabel Herika Gomes Matias. IV. Série.

23-182727

CDD-501

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências : Divulgação 501

Tábata Alves da Silva- Bibliotecária- CRB-8/9253



A Lestu é uma editora que acredita na Ciência Aberta. Permitimos a leitura, download e/ou compartilhamento do conteúdo desta obra para qualquer meio ou formato, desde que os textos e seus autores sejam adequadamente referenciados.

EDITORA LESTU

Editora, Gráfica e Consultoria Ltda

editora@lestu.org

www.lestu.com.br

[@lestu_editora](https://www.instagram.com/lestu_editora)



Trabalhos premiados 2023



14

CADÊ MEU CELULAR? EU VOU LIGAR PRO 180: análise da rota crítica percorrida pelas mulheres na busca pela superação da violência¹

Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais²
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira³

¹ Trabalho premiado no Grupo Temático 22 – Feminismos, Interseccionalidade e Políticas Públicas, do 1º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 4 a 7 de outubro de 2023.

² Doutoranda em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Instituto de Ensino Superior Múltiplo (IESM).

³ Pós-Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Livre-Docente pela Universidade Estadual Paulista. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca e Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI- Universidade Federal do Piauí/Teresina.

RESUMO

O presente artigo tem como tema a violência contra as mulheres e objetiva analisar a rota crítica percorrida pelas mulheres em situação de violência, evidenciando os principais fatores que obstaculizam o processo de buscar ajuda para romper com as situações violentas. Por meio da pesquisa bibliográfica, o trabalho apresenta os caminhos trilhados pelas mulheres na busca por ajuda, caminhos esses que, muitas vezes, são tortuosos e cheios de obstáculos em virtude da falta de apoio, seja por parte dos familiares, amigos e conhecidos, seja por parte dos serviços especializados que compõem a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres. Os resultados apontam que os serviços que compõem a Rede de Enfrentamento ainda apresentam muitos óbices a serem superados, pensando na difícil missão de enfrentar a violência contra as mulheres e desmontar modelos desiguais de gênero.

Palavras-chave: Rota crítica. Mulheres em situação de violência. Rede de Enfrentamento.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de estudos realizados no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (PPGPP/UFPI), e tem como objetivo analisar a rota crítica percorrida pelas mulheres em situação de violência na cidade de Teresina, capital do Piauí, evidenciando os principais fatores que obstaculizam o processo de buscar ajuda para romper com as situações violentas.

A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo que desafia as políticas de Saúde, Assistência Social, Segurança Pública e Justiça, ao mesmo tempo que envolve um longo processo histórico baseado na dominação de gênero, produzindo tensões e visões de mundo, em muitos casos, diretamente imbricadas às discriminações de classe e raça/etnia. É nesse contexto que o enfrentamento da violência contra as mulheres tem compreendido um longo e tortuoso

caminho, marcado por importantes avanços, mas também por muitos obstáculos. Para Johas e Viana (2022), a complexidade dessa questão, aponta para os desafios, no campo das políticas públicas, encontrados no planejamento, na estruturação, na capacitação dos profissionais e no funcionamento dos serviços que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A violência perpetrada por homens contra mulheres não é um fato novo e muito menos restrito ao cenário brasileiro. Segundo Gomes (2021), trata-se de um fenômeno mundial socialmente construído, cujas raízes “se encontram nas relações desiguais de gênero, engendradas na multiplicidade de marcadores sociais, que se interseccionam e se materializam em uma variabilidade de expressões e contextos sociais” (GOMES, 2021, p. 60). As mulheres continuam aparecendo ostensivamente nas estatísticas da violência e do feminicídio, e em muitos casos, os perpetradores são homens sem laços consanguíneos, escolhidos para a convivência íntima, sejam eles: maridos, namorados, companheiros ou ex-parceiros. É nesse cenário assustador que Bandeira (2017), remetendo à clássica frase de Simone Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p.9), nos afirma que: “Não se nasce mulher, mas se morre por ser uma” (BANDEIRA, 2017, p.16).

Este problema social grave e, ao mesmo tempo, complexo no que se refere ao seu desvelamento e solução, inclui uma plêiade de fatores socioculturais e independe de idade, raça/etnia, classe social, escolaridade ou religião. Todavia, apesar de todas as mulheres estarem propícias a passar por situações violentas, existem grupos de mulheres que sofrem não só com a violência de gênero, mas também com outros tipos de discriminações simultaneamente. É nessa ótica, que a perspectiva interseccional nos auxilia na compreensão de como os marcadores sociais podem agudizar as situações de violência a partir do lugar social que as mulheres ocupam.

Para Akotirene (2019), a interseccionalidade define o posicionamento do feminismo negro frente às opressões da sociedade cisheteropatriarcal branca e de base europeia, buscando desfazer a ideia de um feminismo hegemônico com voz única. Nesses termos, trata-se de um conceito que visa dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado” (AKOTIRENE, 2019, p.14), produtores de avenidas identitárias em que as mulheres, sobretudo as negras, são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição do gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Nesse sentido, a violência contra as mulheres é um conceito que tem por base a questão de gênero, no qual “remete à um fenômeno multifacetado, com raízes histórico-culturais e permeado por questões étnico-raciais, de classe e de geração” (BRASIL, 2011, p.21). A aprovação da Lei Maria da Penha em agosto de 2006, conforme Pasinato (2010), representou um importante marco no extenso processo histórico de reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social no Brasil, resultado de uma luta que ganhou ímpeto a partir da década de 1970, com a intensa participação dos movimentos de mulheres lutando pela conquista da cidadania para todos, mas com respeito pelas diferenças de gênero. A aludida lei tipificou as formas dessa violência e a qualificou como crime, passando a tratar o fenômeno de forma integral, com medidas de caráter social, preventivo, protetivo e repressivo.

De fato, o Brasil conquistou nas décadas de 1980 a 2010, “um significativo avanço no desenho das políticas públicas para as mulheres, com o advento de aportes normativos inovadores com vistas a proporcionar direitos e garantir segurança às mulheres” (JOHAS e VIANA, 2022, p.2). No entanto, conforme corrobora Johas e Viana (2022), diversos serviços da vida pública atendem rotineiramente mulheres em uma rota crítica, em busca de que

lhes sejam assegurados direitos (à vida, a seus próprios corpos, à liberdade de ir e vir, aos seus bens etc.).

Essa realidade nos estimula a refletir sobre o alcance das respostas que as políticas ofertam para as mulheres em situação de violência. Afinal, elas estão sendo, de fato, amparadas e acolhidas pelos serviços que compõem a Rede de Enfrentamento? A hipótese é que uma grande parte das mulheres podem encontrar respostas dissuasoras de seu projeto de interromper a violência por parte dos serviços especializados, como delegacias, serviços jurídicos, de saúde e assistência social, fazendo com que haja a reiteração da violência.

Conforme Sagot (2000), a rota crítica corresponde ao caminho cheio de meandros trilhados por mulheres na busca de romper com a violência. Este conceito emergiu em um estudo realizado em 10 países latino-americanos organizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que investigou a sequência de ações e decisões tomadas pelas mulheres em situação de violência na busca pela superação da violência. Todavia, o pioneiro estudo realizado na década de 1980, como aponta Meneghel *et al* (2011), não incluiu o Brasil, o que torna necessário elaborar mais análises que adaptem essa experiência anterior para a realidade brasileira.

A justificativa deste trabalho reside no fato da rota crítica da violência ainda ser um conceito pouco estudado no Brasil, carecendo de novos estudos que investiguem essas rotas, buscando identificar os desafios encontrados na busca pela superação da violência. Cabe perscrutar, que este estudo não tem a pretensão de esgotar a temática, mas possui importância visto que irá trazer para comunidade acadêmica e, sobretudo, para os profissionais que trabalham nos serviços especializados no atendimento às mulheres, um maior conhecimento sobre a rota crítica da violência e os desafios encontrados pelas mulheres nesse processo de buscar ajuda para romper com o ciclo da violência.

METODOLOGIA

Neste trabalho, a abordagem qualitativa foi adotada pela sua relevância em apreender os significados dos processos vividos pelas mulheres na busca de ajuda para acabar com os episódios de violência. Com a escolha da abordagem qualitativa, vem a importância de realizá-la imbricada à pesquisa exploratória, que para Gil (2008), tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p.27).

O trabalho apresenta a interseccionalidade como ferramenta analítica, pois estudar as mulheres em situação de violência exige que se tenha o conhecimento dos seus marcadores sociais, como forma de dar visibilidade à variabilidade de discriminações sofridas pelas mulheres. Conforme Crenshaw (2002), “onde os contornos específicos da discriminação de gênero não são bem compreendidos, as intervenções para tratar de abusos aos direitos

humanos das mulheres serão provavelmente menos efetivas” (CRENSHAW, 2002, p.174).

A pesquisa exploratória foi realizada tendo como base a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de um levantamento feito na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo, livros e revistas científicas, com o intuito de fundamentar teoricamente a proposta da pesquisa e contribuir nas reflexões sobre a rota crítica das mulheres em situação de violência. Para Gil (2008), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

O trabalho encontra-se organizado em introdução, metodologia, resultados e discussão e considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência sempre esteve presente na história, como o ato que fere, ofende e degrada outros indivíduos sociais. Para Minayo e Souza (1993), ela se expressa através das ações de indivíduos, grupos, classes e nações, que resultam na morte de outros seres humanos ou que afetam suas integridades físicas, morais, mentais ou espirituais. A violência é, assim, resultado dos meios e das formas como os indivíduos se relacionam.

Por ser um fenômeno histórico, a violência humana é um elemento que produz e influencia as estruturas, as conjunturas e os cotidianos de diferentes formas em várias temporalidades. A história da sociedade brasileira é atravessada pelo uso constante da violência, que, como aponta Bernaski e Sochodolak (2018), tem sua origem com o processo de colonização do país, a partir da violência política de genocídio indígena, seguida pelo escravismo que, durante séculos, suprimiu a vida de milhões de pessoas negras, e ainda de forma mais suave, com a política de subterfúgio empregada ao imigrante europeu, submetendo-o a condições degradantes.

A violência também está presente no processo de subjugação das mulheres brasileiras. Como aponta Saffioti (2015), o patriarcado que rege as relações sociais desde o Brasil Colônia, concede aos homens poder irrestrito sobre as mulheres, cabendo a eles disciplinarem e controlarem os corpos femininos, o que justifica o frequente uso da violência como forma de moldar seus comportamentos. Para a autora, o sistema patriarcal produz relações desiguais e hierárquicas entre os gêneros, levando à opressão feminina através da dominação e exploração das mulheres pelos homens. Esse sistema foi disseminado

por gerações, estando presente até hoje, na realidade da sociedade brasileira.

Saffioti (2000) alerta para a necessidade de abordar a violência contra as mulheres dentro da perspectiva interseccional, pois as noções de classe e raça/etnia também atuam de maneira estruturante, constituindo-se em relações de poder tal qual as relações de gênero. Com isso, a autora aponta a existência patriarcado-racismo-capitalismo, sistemas de dominação-exploração que atuam de maneira conjunta, formando um nó entre eles.

Vale destacar que, não se trata de culpabilizar e estigmatizar grupos sociais a partir da violência, atribuindo de maneira determinista essas práticas, mas sim de entender que as relações desiguais de poder criam desigualdades, resultando em atos violentos contra determinados grupos. Portanto, à luz da análise de Saffioti (2000), o patriarcado-racismo-capitalismo opera na realidade brasileira de modo a excluir do poder, corpos que não atendem a determinados requisitos (masculinidade, branquitude e recursos monetários), deixando-os à mercê de múltiplas violências, tanto por parte da sociedade quanto por parte do Estado. Nessa perspectiva, ser mulher, negra e pobre é uma tríade que impõe desafios, adversidades, desigualdades e violências.

A compreensão da violência contra as mulheres envolve distintas concepções categóricas, e dentre elas, destacamos a importância de compreender o conceito de rota crítica da violência. Conforme Sagot (2000), a rota crítica da violência constitui os caminhos percorridos pelas mulheres na busca pelo rompimento da violência, no entanto, esses caminhos são longos e marcados por muitos obstáculos, em sua maioria, desprovidos de apoio, seja por parte de familiares, amigos e conhecidos, seja por parte dos próprios serviços que compõem a Rede, que em muitos casos, agem através de atitudes julgadoras e culpabilizantes, reiterando assim, a violência.

Nesses termos, se trata de um problema atual, “que diz respeito não apenas aos investigadores, mas aos operadores sociais, sendo necessário tanto a avaliação do trajeto das mulheres na busca por ajuda nos serviços, quanto a reflexão crítica acerca dessas vivências” (MENEGHEL et al, 2011, p. 744).

Para Sagot (2000), as dinâmicas da violência vivenciadas rotineiramente são tão complexas e opressivas, que a postura de enfrentamento das mulheres para acabar com a situação de violência envolve muitos desafios e dificuldades para sua construção. No entanto, as mulheres nem sempre vivenciam a violência de forma passiva, tampouco a aceitam como destino. Em verdade, estudos têm apontado que as mulheres em situação de violência buscam diversas alternativas para superar a situação.

Essas violências impetradas contra as mulheres dentro de um contexto conjugal, geralmente, ocorrem dentro de um ciclo, chamado de ciclo da violência, composto por três fases. A primeira fase é nomeada Aumento da Tensão, onde o agressor demonstra irritação com coisas irrelevantes, passando a ter acessos constantes de raiva. A segunda é chamada de Ataque Violento, que corresponde à explosão do agressor. Nesse momento, toda a tensão acumulada se materializa em violência física, psicológica, verbal, moral e/ou patrimonial. É nessa fase que muitas mulheres tomam decisões, sendo as mais comuns: buscar ajuda, denunciar, esconder-se na casa de amigos e parentes, pedir a separação. Há, em geral, um distanciamento do agressor. A terceira é conhecida como Lua de Mel, fase em que o agressor demonstra arrependimento, promete que a agressão não irá mais se repetir e procura a reconciliação, é nesse momento que muitas mulheres voltam para o relacionamento. Pouco tempo depois, o ciclo se repete.

Nesse percurso complexo, a correlação de uma série de fatores, que vão desde a crescente escalada das situações de violência

até os apoios encontrados, produz sentimentos e gera reflexões que resultam em decisões para encontrar alternativas de enfrentamento às violências vividas. Coerentemente, quanto maior a gravidade da violência, maior a procura por apoio. No entanto, buscar apoio não significa necessariamente encontrá-lo.

Para D'Oliveira e Schraiber (2013), a rota crítica começa quando as mulheres conseguem romper o silêncio sobre as violências vivenciadas e decidem buscar ajuda fora do ambiente doméstico. As mulheres buscam o apoio de pessoas próximas como familiares e amigos, em seguida, vão atrás de maiores informações sobre os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, com o objetivo de obter respostas e orientações quanto as condutas necessárias para romper com as situações de violência.

No entanto, a rota crítica não apresenta caráter linear e nem unidirecional. No caminho em busca de ajuda, as mulheres podem passar por diversos setores, como por exemplo, saúde, sistema judiciário, assistência social, instituições policiais, escolas, entre outros. Profissionais desses diferentes setores possuem distintas concepções sobre as mulheres e a situação de violência. Em alguns casos, o desconhecimento das/os profissionais acerca da rede de serviços que atendem essas mulheres pode fazer com que sejam encaminhadas para instâncias onde não receberão o apoio necessário.

De fato, mais que uma única rota crítica, em geral, as mulheres transitam por múltiplas rotas e itinerários antes de encontrar uma solução definitiva, se é que a encontram. De outro lado, o início da rota crítica implica, em muitas ocasiões, riscos para mulheres, incluindo o aumento da violência ou riscos a seus bens patrimoniais. Neste sentido, após um primeiro passo, muitas vezes segue-se um retrocesso ou a busca de outros caminhos. De fora, esses processos podem parecer contraditórios ou até mesmo irracionais, mas os testemunhos de mulheres entrevistadas em todos os

países sugerem melhor a existência de elaborados raciocínios, avaliação da situação e balanços, que guiam suas decisões e ações e que vão construindo a busca de alternativas para uma vida livre de violência (SAGOT, 2000, p. 89-90).

Conforme D'Oliveira e Schraiber (2013), apesar dos avanços representados pelas iniciativas legislativas, de políticas públicas e organização e distribuição social de serviços voltados especificamente à violência contra as mulheres, muitos problemas ainda permanecem no que diz respeito, tanto a qualidade da assistência oferecida em cada serviço e a capacidade de bem responder às demandas das mulheres, quanto à articulação dos serviços entre si. Esses serviços fazem parte de “dispositivos governamentais e não governamentais, e se distribuem em diversos setores de prestação de assistência, compondo uma grande rede, mas ainda pouco interrelacionada” (D'OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2013, p.137).

Importa destacar, que quando falamos em rede no campo das políticas públicas, estamos nos referindo ao conceito que tem sido usado para “identificar as relações entre diferentes atores/atrizes e agentes que planejam, movimentam, monitoram ou operam uma política pública” (JOHAS e VIANA, 2022, p.5). A rede é uma espécie de arranjo institucional que conecta diversas áreas com suas respectivas estratégias e contextos institucionais, possibilitando que os atores e atrizes públicos/as que as integram promovam o fluxo de serviços necessários para execução de uma determinada política.

Na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a definição de Rede de Enfrentamento é associada “à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões” (BRASIL, 2011, p. 10), requerendo ações conjuntas

dos diversos setores (Saúde, Segurança Pública, Justiça, Educação, Assistência Social, entre outros), no propósito de que:

a) desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; b) interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; c) promovam o empoderamento das mulheres; e, d) garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência (BRASIL, 2011, p.10).

Nesse sentido, a Rede de Enfrentamento tem como objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – combate, prevenção, assistência e garantia de direitos – além de dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres.

Como parte da Rede de Enfrentamento tem-se a Rede de Atendimento, que consiste:

No conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e o encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência, à integralidade e à humanização do atendimento (BRASIL, 2011, p. 14).

A Rede de Atendimento contempla o âmbito da assistência que, segundo o previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva:

Garantir o atendimento humanizado e qualificado às mulheres em situação de violência por meio da formação continuada de agentes públicos e comunitários; da criação de serviços especializados (Casas-Abrigo/ Serviços de Abrigamento, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher); e da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento (articulação dos governos – Federal, Estadual,

Municipal, Distrital- e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento.” (BRASIL, 2007, p. 8).

Para Johas e Mota (2022), a Rede de Enfrentamento é composta por serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, por serviços não- especializados de atendimento às mulheres, como as delegacias gerais e os hospitais gerais que geralmente constituem a porta de entrada das mulheres na Rede, e pelas instituições responsáveis pela articulação e planejamento das políticas e ações de combate, prevenção e enfrentamento à violência. Nessa ótica, os principais setores que concentram a maior parte dos serviços responsáveis pela proteção das mulheres em situação de violência são: o Sistema de Justiça e a Segurança Pública, a Assistência Social, a Saúde e a Educação.

Os serviços de atenção primária no Brasil têm um papel importante no enfrentamento da violência contra as mulheres. Em razão do contato próximo com a população, eles poderiam ser uma chance de detecção precoce dos casos, evitando assim, que a violência evoluísse para quadros mais graves. Com a implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, os agentes comunitários de saúde e os profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) estão mais próximos dos lares, o que tecnicamente possibilita uma maior facilidade em reconhecer casos que envolvem violência doméstica. No entanto, o que se observa é que as ações ainda são “isoladas e fragmentadas e, em caráter pessoal, há uma grande dificuldade em reconhecer o trabalho com a violência doméstica de gênero como o escopo dos profissionais de saúde” (D’OLIVEIRA e SCHRAIBER, 2013, p.137).

Os estudos sobre as rotas percorridas pelas mulheres em busca de recursos para sair do ciclo da violência identificam a falta de

apoio, a revitimização e a atitude preconceituosa por parte de alguns profissionais que deveriam acolhê-las como os principais motivos que fazem às mulheres voltarem para as relações violentas. Segundo Bruhn e Lara (2016), embora existam serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência, sua atuação isolada não impede a exposição das mulheres a novas formas de violência. Nessa perspectiva, “percebe-se a importância da articulação em rede das instituições de proteção das mulheres em situação de violência para que ocorra uma mudança no ciclo da violência” (BRUHN e LARA, 2016, p.71).

Do mesmo modo, o que se nota é que na esfera institucional, o acesso, a disponibilidade e a qualidade dos serviços ofertados dependem dos elementos estruturais e normativos que permeiam o comportamento das/os profissionais que trabalham diretamente com a problemática da violência contra as mulheres nos diferentes setores. No geral, as atitudes não acolhedoras das/os profissionais e a falta de sensibilidade em lidar com as vivências dessas mulheres, acabam por fazê-las voltarem às situações de violência, podendo acarretar, até mesmo, no feminicídio.

Em casos de violência contra as mulheres perpetrada por parceiros íntimos, o feminicídio é resultado de uma sequência de várias formas de violências sofridas pelas mulheres ao longo do tempo. Nesse sentido, a falta de uma rede de apoio e de profissionais capacitados, pode fazer com que elas voltem para o convívio com os agressores, aumentando sobremaneira, a possibilidade de serem mortas.

É certo que, a transversalidade de gênero e a articulação desses serviços em rede são significativas estratégias usadas no enfrentamento à violência contra as mulheres, no entanto,

o que podemos apontar no momento presente, é que os serviços e as políticas que compõem essa rede, ainda apresentam

muitos óbices a serem superados, pensando na difícil missão de enfrentar a violência contra as mulheres e desmontar modelos desiguais de gênero.

Portanto, para atuar no enfrentamento da violência contra as mulheres, é fundamental que as/os profissionais que compõe a Rede de Enfrentamento atuem com uma atitude acolhedora e não julgadora. Além da escuta qualificada e do correto encaminhamento para os serviços que irão atender as necessidades básicas das mulheres, é importante situar as demandas e oferecer alternativas assistenciais às mulheres e à suas famílias no interior dos serviços de saúde (contracepção adequada, psicoterapia, atendimento ao abuso de substâncias, grupos de apoio) assim como em outros setores jurídicos e assistenciais (Delegacias das Mulheres, Defensorias da Mulher, Centros de Referência, Serviços de Assistência Social, trabalho e moradia).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rota crítica da violência é um conceito que trata dos caminhos percorridos pelas mulheres no processo de buscar ajuda para romper com a violência. Como pudemos observar, os caminhos trilhados pelas mulheres nem sempre resultam no encontro de uma rede de apoio disposta a ajudá-las, seja de familiares e amigos, seja de instituições que, teoricamente, deveriam ser responsáveis por acolhê-las. Pelo contrário, essa rota pode ser cheia de obstáculos que, muitas vezes, acabam por reiterar a violência, ocasionando a “revitimização” das mulheres.

Neste trabalho, buscamos evidenciar a violência contra as mulheres como resultado do patriarcado, racismo e capitalismo, sistemas de dominação-exploração que agem de maneira conjunta, formando uma simbiose entre eles; discorreremos sobre a definição de

rota crítica e a sua relação com a Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, e buscamos trazer os principais obstáculos encontrados pelas mulheres na busca pela superação da violência.

Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer e capacitar os serviços especializados no atendimento e na proteção das mulheres em situação de violência, com a adoção de protocolos, ações e políticas que garantam a transversalidade de gênero, através da desconstrução das estruturas do patriarcado, racismo, classismo e misoginia. Do mesmo modo, é necessário dar maior visibilidade ao fenômeno da rota crítica da violência, pois com isso, será possível discutir essas ações em todos os setores que compõem a Rede, com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe que são as grandes geradoras das desigualdades e violências.

Tendo em vista que a construção do conhecimento é constante e que ele não se esgota, esperamos que esse estudo possa servir de incentivo para que outras pesquisas a respeito da temática da rota crítica da violência sejam feitas no Brasil, com o foco na sua maior visibilidade e na elaboração de estratégias que, de fato, poderão compor na prevenção e na luta contra a violência contra as mulheres e sua manifestação mais grave, o feminicídio.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Pólen, 2019.
- BANDEIRA, Lourdes. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: **Mulheres e violências: interseccionalidades**, Brasília, DF: Technopolitik, p. 14-35, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Sérgio milliet (trad.), 4.ed, v.2. Difusão Europeia do livro, 1967.
- BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Hélio. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina do Historiador**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 43–60, 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres**. Brasília, 2011

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. **Revista Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 70- 86, jul. 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

D’OLIVEIRA, Ana Flávia; SCRAIBER, Lílian. Mulheres em situação de violência: entre rotas críticas e redes intersetoriais de atenção. **Revista de Medicina**, 92(2), p. 134-140, 2013.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

GOMES, Rosilene Pimentel. **“Para chegar aqui arrastei correntes”**: Análise da rota crítica de mulheres em situação de violência na cidade de São Paulo. Orientadora: Nívia Valença Barros. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Política Social, Programa de Estudos Pós Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

JOHAS, Barbára; VIANA, Masilene. Mapeando a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres em Teresina-Piauí. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. 1- 18, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34032> Acesso em: 28 mai. 2023.

MENEGHEL, Stela Nazareth et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 4, p. 743–752, abr. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de; SOUZA, Edinilsa. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 9, n. 1, pp. 65-78, 1993.

PASINATO, Wânia. Oito anos da Lei Maria da Penha entre avanços, obstáculos e desafios. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, p.533-545, 2010.

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. Washington: PAHO, 2000.





LESTU
Publishing Company



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO

ISBN: 978-65-85729-05-5

